

## RESENHA

### O Movimento Negro Educador

Maciana De Freitas E Souza<sup>1</sup>  
Rusiane Da Silva Torres<sup>2</sup>  
Débora Rute De Paiva Mota<sup>3</sup>

O livro “O movimento Negro Educador” publicado pela Editora Vozes, de Nilma Lino Gomes, apresenta uma análise histórica do movimento negro brasileiro a partir da perspectiva descolonial, na qual discute a produção de conhecimento, o protagonismo e a cidadania política desse grupo populacional. A autora compreende o Movimento Negro como “[...] as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam a superação desse perverso fenômeno na sociedade” (Gomes, 2017, p. 23).

Nilma Lino Gomes é Professora Titular da Faculdade de Educação da UFMG, com mestrado em Educação/UFMG, doutorado em Antropologia Social/USP, pós-doutorado em Sociologia/Universidade de Coimbra e em Educação pela UFSCAR. Exerceu também a função de Reitora da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), foi Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial -(SEPPIR/2015) e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016).

A extensão da obra confirma a dedicação teórica da autora e sob uma abordagem crítica o livro possui 7 capítulos, tendo prefácio de Boaventura de Souza Santos que tem o comprometimento de realizar “sua crítica à modernidade ocidental e ao tipo de ciência produzido por ela (e nela)” (Gomes, 2017, p. 43). Boaventura, desse modo proporciona uma leitura que abrange a totalidade a partir de suas inúmeras diferenças e a importância de um

---

<sup>1</sup> Bacharela em serviço social pela Universidade do estado do Rio Grande do Norte – (UERN). Pós Graduada em Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família pela instituição Faculdade Vale do Jaguaribe.

<sup>2</sup> Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Discente do Programa de Pós Graduação em ensino - POSENSINO- associação UERN, UFERSA e IFRN.

<sup>3</sup> Bacharela em serviço social pela Universidade do estado do Rio Grande do Norte – (UERN). Pós Graduada em Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família pela instituição Faculdade Vale do Jaguaribe.

diálogo horizontal entre os conhecimentos e explica, que o livro é resultado do estudo “Movimento Negro, saberes e um projeto educativo emancipatório” no período do doutorado, realizado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

Gomes (2017) inicia o seu percurso teórico apresentando os impactos do colonialismo no território brasileiro com a chegada dos colonizadores portugueses, como elemento fundante das desigualdades e violências diversas praticadas contra os povos locais. Nesse sentido, apresenta o campo da educação como sendo essencial para a compreensão da posição subalternizada ocupada pelas pessoas negras e um caminho para a promoção da equidade. Gomes afirma: “Devido ao fato de ser um direito social, arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos do Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negado aos negros e às negras brasileiros” (Gomes, 2017, p. 24).

Gomes argumenta que em nome do desenvolvimento econômico, as mudanças promovidas pela Lei Áurea, em maio de 1888, foram insuficientes para esse segmento do ponto de vista social e político. Assim, o processo de inferiorização das pessoas negras se manteve presente, tendo como objetivo a manutenção do poder dos grupos dominantes. Em uma perspectiva histórica recente, com o processo de redemocratização política, o movimento negro contribuiu com suas lutas para a criação de ações afirmativas na dinâmica societária, com vistas à formulação de políticas públicas e à garantia dos direitos da população negra. Por isso assinala:

Uma coisa é certa: se não fosse a luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização – com todas as tensões, os desafios e os limites – muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção de igualdade racial teriam sido construídas e implementadas. (2017, p. 18)

Neste sentido, a autora menciona o processo histórico de resistência da população negra brasileira para o acesso a direitos. Desse modo para Gomes (2017), a organização do Estado reproduz por meio de suas instituições a lógica colonialista, contribuindo, assim, para manutenção das desigualdades na dinâmica social. Nesse contexto, o Movimento negro opõe reflexões acerca da atualização da (re)produção da narrativa eurocêntrica e de que forma essa narrativa tem impedido o enfrentamento do racismo institucional. A autora analisa que este “constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana (...)”. (Gomes, 2017, p. 21).

Portanto, Gomes ressalta a importância dos movimentos sociais para repensar a legislação e as políticas públicas, contra a colonialidade do poder, a violência e o racismo como estrutura da colonialidade. Nesse sentido, o pensamento descolonial bem como os movimentos sociais são essenciais para construir formas de resistência ao poder constituído. Segundo Gomes, “os movimentos sociais, ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social” (Gomes, 2017, p. 28).

Dando continuidade ao debate, a autora enfatiza algumas conquistas no campo da educação como a Lei 10.639, de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas brasileiras. Tal contexto é entendido como uma possibilidade de resistência aos saberes impostos pela lógica eurocêntrica. Nesses termos, a autora argumenta que o racismo epistêmico opera como mecanismo de manutenção das relações coloniais de poder no campo do conhecimento, mantendo a naturalização e o silenciamento das subjetividades das pessoas negras.

Tendo como base às abordagens teóricas pós-coloniais/decoloniais aponta que o modelo tradicional de ensino tem impedido o enfrentamento do racismo institucional. Dessa maneira, mesmo com a introdução da Lei 10.639/2003 bem como avanços normativos no campo dos direitos humanos pontua que na realidade “os saberes expressos nesses documentos ainda não são devidamente considerados enquanto tais pelo campo do conhecimento e pela teoria educacional. Trata-se de uma disputa, principalmente, no campo dos currículos” (Gomes, 2017, p. 68).

Nesse contexto, a autora enfatiza a importância que as teorias advindas do Sul Global sejam consideradas em sala de aula e na elaboração de políticas públicas para que sejam construídas práticas que visem o rompimento do padrão eurocêntrico, visto que essa matriz “despreza, desqualifica e separa saberes e conhecimentos produzidos fora do eixo Norte do mundo” e também fomentam o epistemicídio, ou seja, “a morte do conhecimento e dos sujeitos que o produzem” (Gomes, 2017, p. 54-55).

Ao longo do texto, a autora considera que, a decolonialidade faz-se necessária para uma pedagogia emancipatória, que seja a favor da luta antirracista e que possa fortalecer o estado democrático de Direito. O conceito ecologia de saberes, de Boaventura de Sousa Santos, será base para uma leitura voltada a práticas igualitárias e com vistas a superação do racismo epistêmico, dando voz e lugar as diversas subjetividades que historicamente foram silenciadas. Nesse sentido:

As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão das muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados. Essa supressão é resultado de um processo histórico de dominação epistemológica imposto pelo colonialismo. As epistemologias do Sul valorizam os saberes que resistiram com êxito a essa dominação e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos e práticas. A esse diálogo entre saberes Boaventura chama de ecologia de saberes (2017, p. 54).

Considerando as epistemologias do Sul, que buscam referenciais além do pensamento eurocêntrico hegemônico, privilegiando aqueles mais próximos das realidades locais, a autora ressalta que o movimento negro brasileiro têm protagonizado uma série de experiências de resistência, nesse contexto três saberes são vistos: os saberes identitários, os políticos e os estéticos corpóreos. Saberes estes “interligados de maneira dinâmica, apesar de suas especificidades” (Gomes, p. 77). Trata-se de elementos basilares para uma melhor compreensão da colonialidade no contexto brasileiro e para construções de propostas que visem a efetivação de direitos.

Deste modo, para Gomes(2017) o debate sobre a descolonização dos currículos escolares se faz fundamental, tendo como horizonte a transformação das políticas públicas por meio de uma abordagem que possa desconstruir as relações de poder estabelecidas. Assim, discute a teoria descolonial como uma ferramenta de mudanças no campo dos direitos humanos.

Nesse sentido, a pesquisadora ressalta que o movimento negro objetiva ampliar o entendimento das várias formas de silenciamento provocadas pelo colonialismo, o qual, via de regra articulado as demais lutas sociais, busca denunciar o “(...) caráter violento do capitalismo global, alimentado pelas várias formas de discriminação e pela colonialidade do poder” (Gomes, 2017, p. 122). Desse modo, a educação crítica /descolonial tem um importante papel na luta contra o racismo - que se tem intensificado nos últimos anos e institui desafios na realidade concreta para a conquista de direitos sociais e democráticos ao povo negro.

A partir desses entendimentos, Gomes analisa de maneira crítica que mesmo com algumas transformações políticas na realidade brasileira, com a inserção de direitos no texto constitucional em 1988 e a introdução das cotas étnicas- raciais e sociais por exemplo, o ensino descolonial têm configurado timidamente nas universidades. “(...) temas como diversidade, desigualdade racial e vivências da juventude negra, entre outros, passam a figurar no contexto acadêmico, mas sempre com grande dificuldade de serem considerados ‘legítimos’” (Gomes 2017, p. 114). Nesse sentido, a autora reafirma a importância e o compromisso da Universidade brasileira construir ações de mudanças pautadas numa pedagogia descolonial e crítica bem como contribuir para o fortalecimento de uma epistemologia que considere as manifestações culturais e comunicações do movimento negro.

Portanto, “O movimento Negro Educador”, nos oferece uma reflexão relevante sobre as persistentes desigualdades raciais, um olhar crítico sobre as instituições educacionais que priorizam as teorias eurocêntricas e a importância do movimento negro “subverter a teoria educacional, construir a pedagogia das ausências e das emergências, repensar a escola, descolonizar os currículos”. (2017, p. 139) visando o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

## Referência

GOMES, Nilma Lino. O movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

Recebido em: 27/09/2019

Aceito em: 15/05/2020